

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de JANEIRO de 2014

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze, às nove
2 horas e trinta minutos, na sala de reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, reuniram-se
4 para a 87ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do
5 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a
6 Presidência do **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
7 **Machado**, representando a Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, as
8 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dr. Felipe Gomes**
9 **Cavalcante**, representando o Conselho de Políticas e Gestão do
10 Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Stela Silvia Ponte Soares**,
11 representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação
12 Superior - **SECITECE**; **Dr. Amisterdan de Lima Ximenes**,
13 representando o Centro de Apoio Operacional de Proteção à
14 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e
15 Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante**,
16 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
17 Consumidor - **DECON**; **Dra. Anny Soares Oliveira**, representando a
18 Secretaria do Turismo do Estado do Ceará - **SETUR**; **Dra. Rimena**
19 **Alves Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do Estado do
20 Ceará - **SESA**, **Professor Antônio Jeovah de Andrade Meireles** -
21 representante da Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura
22 e Tecnologia - **FBC** e a **Dra. Tereza Cristina Tavares Gondim**,
23 representando a Fundação Social Raimundo Fagner - **FREFAGNER**
24 Justificou ausência: o representante da 2ª Promotoria de Justiça
25 do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**, a representante
26 da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - **SEFAZ**, o
27 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**
28 e a representante da Procuradoria Geral do Ceará - **PGE**; Faltou:
29 o representante da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará -
30 **SECULT**. Sem representação: 1 (uma) ONG. **Dr. Alfredo Ricardo de**
31 **Holanda Cavalcante Machado** - Cumprimentou a todos os presentes e
32 verificando o quorum na forma do art. 13 do Regimento Interno do
33 FDID, Decreto nº 27.729/2005, fez a chamada nominal dos
34 Conselheiros, registrando a ausência justificada por motivo de
35 saúde da Conselheira representante da Procuradoria Geral do
36 Estado do Ceará, e por motivo de férias os representantes da 2ª
37 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano, a
38 representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e do
39 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.
40 Registrou também a ausência não justificada do representante da
41 Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Após a conferência do
42 quorum, com a presença de nove Conselheiros, deu início a 87ª
43 Reunião Ordinária do CEG/FDID com o primeiro item da pauta -
44 Deliberação sobre a ata da 85ª Reunião Ordinária do CEG/FDID.
45 Colocou-a em discussão e indagou do Colegiado quem concordava
46 com a ata no seu conteúdo e forma. A ata foi aprovada à
47 unanimidade dos Conselheiros presentes. Passou ao Segundo ponto
48 da pauta - Apresentação da Fundação Social Raimundo Fagner, como

49 membro do Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
50 Difusos do Estado do Ceará. Falou que a Fundação Raimundo
51 Fagner, em atendimento ao Edital nº 01/2010 CEG/FDID, apresentou
52 candidatura para concorrer a uma vaga no Conselho Gestor do
53 FDID. Na 86ª Reunião Ordinária deste Conselho, realizada no dia
54 09 de dezembro de 2013, foi deliberada a aprovação da
55 documentação e o seu ingresso como membro desse Conselho. Deu
56 boas vindas à representante da Fundação, **Dra. Tereza Cristina**
57 **Tavares**, em nome do Conselho, facultando-lhe a palavra. Dra.
58 Tereza Cristina Tavares Gondim - Cumprimentou a todos e falou
59 sobre a Fundação Raimundo Fagner que era uma instituição de
60 interesse público criada no ano de 2000 numa iniciativa do
61 cantor e compositor Raimundo Fagner, filho de Orós-Ce, que,
62 preocupado com o contexto de pobreza e exclusão social de
63 crianças e famílias naquele município, resolveu investir na
64 educação integral de crianças e adolescentes. A Fundação
65 desenvolve as atividades através de projetos, da arte e
66 educação. Justificou a ausência do Presidente da Fundação à
67 sessão, falou da composição da diretoria da Fundação e ela como
68 Diretora Administrativa Financeira irá representá-la nesse
69 Conselho. Disse do prazer da Fundação em fazer parte desse
70 Conselho e esperava contribuir para o desenvolvimento das ações
71 a que esse se propõe. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
72 **Machado** - Passou ao Terceiro Ponto da pauta - Apresentação do
73 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID, referente ao mês
74 de dezembro de 2013 e do demonstrativo do 4º trimestre de 2013.
75 Solicitou ao Dr. Amisterdan Ximenes, representante do CAOMACE,
76 que fizesse a conferência dos valores demonstrados. **Dr.**
77 **Amisterdan de Lima Ximenes** - Falou que, conferindo os valores
78 observou uma diferença no somatório dos valores. No total de
79 créditos constava a importância de R\$ 263.911,74 (duzentos e
80 sessenta e três mil, novecentos e onze reais e setenta e quatro
81 centavos) quando na verdade era de R\$ 278.586,74 (duzentos e
82 setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta
83 e quatro centavos), que somado ao saldo do mês anterior perfazia
84 um valor de R\$ 5.762.796,28 (cinco milhões, setecentos e
85 sessenta e dois mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e
86 oito centavos) e deduzindo-se os débitos perfazia um total de R\$
87 5.637.950,72 (cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil,
88 novecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos) e não R\$
89 5.633.275,72 (cinco milhões, seiscentos e trinta e três mil,
90 duzentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos) e,
91 por conseguinte o demonstrativo do 4º trimestre encontrava-se
92 com valores errados. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
93 **Machado** - Informou da retirada da pauta o demonstrativo para as
94 necessárias correções, e na próxima reunião a matéria seria
95 deliberada. **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Indagou sobre o
96 processo de individualização das contas do FDID. **Maria Ivonete**

97 **Batista Albuquerque** - Informou que consta no material
98 distribuído aos Conselheiros uma informação sobre o assunto.
99 Falou que era um e-mail da Diretoria de Informática da PGJ,
100 setor responsável para realizar os procedimentos necessários.
101 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Passou ao
102 Quarto Ponto da pauta - Discussão e deliberação sobre a
103 alteração do período de apresentação dos projetos a serem
104 financiados com recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
105 do Estado do Ceará. Indagou se todos os Conselheiros haviam
106 recebido por e-mail o material para conhecimento. Todos
107 afirmaram que sim. Falou da criação de uma comissão para
108 realizar os trabalhos de revisão da legislação do FDID,
109 informando que os mesmos ainda não haviam sido concluídos, e
110 como a Resolução nº 31/2012 estabelecia em seu art. 1º o período
111 de 1º de março a 30 de abril de cada ano para apresentação dos
112 projetos, e o Edital deveria ser lançado no mês de fevereiro,
113 indagou se seria alterado o período de apresentação dos
114 projetos. Falou que em reuniões anteriores foi sugerido que o
115 Conselho só lançasse o Edital quando concluído os trabalhos da
116 comissão, e que essa alteração também era para atender a
117 legislação do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário,
118 como também a sugestão do Tribunal de Contas do Estado para que
119 os projetos fossem executados no mesmo exercício financeiro.
120 Passou a palavra à Dra. Rimena Alves para as considerações a
121 respeito da matéria. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Falou que
122 compõe a comissão, além de outros servidores da Procuradoria de
123 Justiça e uma entidade que é a Fundação Brasil Cidadão. Informou
124 que a comissão já sugeriu atualização na legislação, faltando
125 estudar e sugerir alteração no Manual Básico para Apresentação
126 de Projetos que faz parte da Resolução nº 10/05 que é onde se
127 detalha mais a metodologia de trabalho do concurso, bem como a
128 aplicação dos recursos financeiros. Justificou que o trabalho
129 ficou parado porque integrantes da PGJ entraram de férias em
130 dezembro, não acontecendo nenhuma reunião nesse mês, e, como o
131 ano estava começando, seria traçado um cronograma de trabalho.
132 Convidou a representante da Fundação Raimundo Fagner para compor
133 e ajudar a comissão nesse trabalho. O convite foi aceito
134 prontamente pela Dra. Tereza Cristina Tavares. **Dra. Ann Celly**
135 **Sampaio Cavalcante** - Perguntou à Dra. Rimena se teria um prazo
136 para a finalização dos trabalhos. **Dra. Rimena Alves Praciano** -
137 Respondeu que não foi estipulado nenhum prazo, mas que existe o
138 prazo do exercício de 2014. **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** -
139 Indagou se havia possibilidade do Edital ser lançado antes do
140 prazo da lei anterior. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Respondeu
141 que a lei previa o lançamento do Edital no mês de fevereiro.
142 **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Falou que a Dra. Rimena
143 tinha relatado a dificuldade de falta de espaço para a reunião
144 da comissão, e como existia uma lei disciplinando que a

145 apresentação dos projetos seria realizada no início do ano, e
146 era a mesma que estava sendo discutida as alterações, não achava
147 coerente que se esperasse a modificação dessa legislação para
148 fazer a aplicação desses recursos, pois os mesmos não poderiam
149 ficar parados quando a legislação referente a essa matéria ainda
150 estava vigente. Opinou pelo lançamento do Edital, mesmo sabendo
151 das dificuldades a serem enfrentadas, enquanto estavam sendo
152 trabalhadas todas as modificações. Disse ter indicado o Dr.
153 Ricardo Memória para compor a comissão e que as reuniões
154 poderiam ser realizadas no DECON, e que estava à disposição para
155 o que precisasse. Reafirmou a sua opinião de que o Edital
156 deveria ser lançado da forma como estava e paralelamente seria
157 trabalhada a modificação. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda**
158 **Cavalcante Machado** - Falou que seriam colhidas todas as
159 propostas conforme a legislação vigente, e paralelamente iria
160 sendo trabalhada a legislação. E se não desse tempo para esse
161 ano, daria para o próximo ano e seguintes porque o trabalho
162 seria mais apurado. Opinou pelo lançamento do Edital ainda com a
163 legislação vigente, colocando a matéria em discussão e depois em
164 deliberação, tendo os Conselheiros concordado que, para esse
165 ano, fosse aplicada a legislação vigente e, para o ano seguinte,
166 a legislação seria modificada. **Dr. Amisterdan de Lima Ximenes** -
167 Falou que, em vista do Conselho ter mantido o prazo do ano
168 anterior (1º de março a 30 de abril) para a apresentação dos
169 projetos, seria necessário alterar a legislação no que se
170 referia a contrapartida dos municípios nos projetos, pois o
171 índice a ser utilizado não era mais o IDM - Índice de
172 Desenvolvimento Municipal, e sim outro fixado pela Lei de
173 Diretrizes Orçamentárias do Estado do Ceará. **Dra. Ann Celly**
174 **Sampaio Cavalcante** - Falou que era simples, bastaria apenas
175 modificar as Resoluções atinentes ao assunto. Todos concordaram
176 com a proposta. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
177 **Machado** - Passou ao Quinto Ponto da pauta - Informação sobre as
178 prestações de contas finais dos projetos "Certificação Praia
179 Limpa" e "Manejo Sustentável da Produção Agropecuária" do
180 Conselho de Política e Gestão do Meio Ambiente. Passou a palavra
181 ao Dr. Felipe do CONPAM. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Falou que
182 tinha trazido o Dr. Flávio porque ele fazia parte da coordenação
183 responsável pela execução dos projetos e que tinha informações
184 mais precisas a título de esclarecimento. **Dr. Flávio Antônio**
185 **Oliveira Rêgo** - Informou que tiveram alguns problemas em relação
186 as prestações de contas de várias ordens, mas que haviam
187 solicitado ao Conselho Gestor um prazo para apresentar as
188 prestações de contas e estas foram devolvidas para sanar
189 pendências. Maria Ivonete Batista Albuquerque - Informou que foi
190 dado um prazo de cinco dias para a devolução das prestações de
191 contas e que esse prazo já havia expirado sem o retorno das
192 mesmas. **Dr. Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Falou que por conta

193 de alguns técnicos envolvidos nos projetos terem entrado em
194 férias foi enviado ofício de nº 10/GAB/CORES, de 10 de janeiro
195 de 2014, solicitando até o dia 17 para o envio da documentação
196 final das prestações de contas dos dois projetos. **Dr. Alfredo**
197 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Falou que havia uma
198 informação para o conhecimento de todos: na 85ª reunião do
199 Conselho, este havia deliberado pelo envio de ofício ao CONPAM
200 solicitando o encaminhamento imediato das prestações de contas
201 finais dos projetos, o que foi feito por meio do ofício nº
202 471/2013 CEG/FDID, de 12 de novembro de 2013. O CONPAM
203 encaminhou as prestações de contas por meio dos ofícios nºs 1687
204 e 1688/GAB/CODES, de 09 de dezembro de 2013, no entanto,
205 verificadas algumas omissões a serem sanadas, os processos
206 retornaram a origem por meio do ofício nº 518/13 - CEG-FDID, de
207 18 de dezembro de 2013. O CONPAM por meio do ofício nº 010/2014-
208 GAB-CODES justificou o não encaminhamento das prestações finais
209 dos Termos de Descentralização do Crédito Orçamentário. **Dr.**
210 **Flávio Antônio Oliveira Rêgo** - Indagou se o Conselho aprovaria a
211 entrega das prestações de contas no dia 17 de janeiro de 2014.
212 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Informou que as prestações
213 de contas foram entregues com atraso, pois os TDCOs findaram em
214 setembro de 2013 e o CONPAM teria um mês após essa data para
215 prestar contas finais. Enviaram ofício solicitando prorrogação
216 do TDCO quando não poderiam mais, pois a solicitação deveria ter
217 sido feita trinta dias antes de terminar os TDCOs. **Dr. Alfredo**
218 **Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Colocou a matéria em
219 discussão e após em deliberação. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares**
220 - Disse que acatava o pedido dele, pois faltavam só quatro dias.
221 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Disse ser a favor de atender a
222 solicitação do CONPAM e que este apresente toda a documentação.
223 **Dr. Amisterdan de Lima Ximenes** - Concordou com a solicitação do
224 prazo. **Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante** - Falou que diante das
225 explicações de todos não tinha como não ser favorável a
226 concessão do prazo. **Dra. Ann Soares Oliveira** - Absteve-se.
227 **Professor Antônio Jeovah de Andrade Meireles** - Disse que votava
228 de acordo com os Conselheiros, mas fazendo a ressalva de que as
229 organizações não governamentais fossem exaustivamente escutadas
230 de uma forma... No nível de discussão que se levou a partir
231 dessa propositura dos órgãos de governo, também sejam
232 contempladas possíveis possibilidades de acordo com as
233 justificativas factíveis do Conselho deliberar nesse mesmo
234 sentido. **Dra. Tereza Cristina Tavares Gondim** - Disse que
235 concordava com a solicitação do prazo. **Dr. Alfredo Ricardo de**
236 **Holanda Cavalcante Machado** - Informou que o Colegiado deliberou
237 no sentido de conceder a mais o prazo de quatro dias para a
238 juntada dos documentos necessários ao respectivo processo.
239 Passou para o Sexto Ponto - Assuntos Gerais. Facultou a palavra
240 a todos. **Dra. Ann Cely Sampaio Cavalcante** - Falou que no e-mail

241 da Diretoria de Informática encaminhado ao Conselho não fala em
242 prazo, mas que o DECON tinha pressa. Falou ainda que era comum
243 uma empresa pagar uma multa e aquele pagamento constar em vários
244 processos, e que por isso as multas são aplicadas com valores
245 diferenciados em centavos. Já foi constatado esse tipo de
246 procedimento, por isso sua pressa na finalização desse processo.
247 Falou também que na semana passada se depararam com uma multa
248 que foi paga e que o processo estava na Procuradoria Geral do
249 Estado inscrita na dívida ativa, no entanto isso tinha
250 acontecido por culpa do escritório de advocacia que não havia
251 mostrado que a mesma estava paga. Informou que a Secretaria
252 Executiva do FDID informou que o crédito existe, no entanto,
253 pela falta de comprovante não era possível afirmar que aquele
254 valor correspondia àquela multa aplicada. Disse que já existem
255 inquéritos contra esse tipo de prática e que a identificação da
256 multa facilitará muito o trabalho do DECON. Como o DECON é o
257 maior alimentador do FDID, e ele está trabalhando muito, era
258 preciso ele ter a informação precisa dos depósitos efetuados.
259 **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado** - Disse que
260 essa informação era interessante para o fortalecimento e
261 reconhecimento do órgão, pois de vez em quando as iniciativas
262 legislativas querem tirar essas atribuições do Ministério
263 Público, do DECON, e estes precisavam mostrar resultado até
264 porque não podiam fazer às vezes de casa de ferreiro espeto de
265 pau. **Professor Antônio Jeovah de Andrade Meireles** - Comunicou
266 aos Conselheiros que na primeira semana de fevereiro a Fundação
267 Brasil Cidadão irá fazer o lançamento da terceira renovação do
268 projeto De Olho na Água, na estação Mangue Pequeno, em Icapuí, e
269 as atividades já foram iniciadas com uma série de projetos
270 relacionados a qualidade da água, a melhoria da qualidade de
271 vida da população litorânea e costeira do município de Icapuí. O
272 Atlas socioambiental de Icapuí com cartografia social estava em
273 processo de elaboração, e todas as instituições iriam receber o
274 convite, e gostariam da participação dos Conselheiros nesse
275 momento de lançamento do projeto. Disse ser pesquisador e
276 professor da Universidade Federal do Ceará e queria comunicar
277 aos Conselheiros que a UFC na última manifestação de avaliação
278 da CAPS dos cursos de pós-graduação obteve resultados
279 extraordinários. Que estava coordenando o programa dos cursos de
280 pós-graduação, mestrado e doutorado e que obteve a nota máxima
281 (5) e gostaria que as entidades desse Conselho levassem em
282 consideração o potencial que representa a Universidade Federal
283 do Ceará - UFC e o programa no sentido de colaborar a
284 desenvolver atividades que possam conduzir as manifestações e
285 preceitos dessas representações do Conselho. **Dra. Ann Celly**
286 **Sampaio Cavalcante** - Parabenizou o Professor Jeovah e disse que
287 não era de estranhar a participação dele nessa Universidade e
288 dela ter obtido nota máxima, porque todos sabiam da sua

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de JANEIRO de 2014

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

289 competência, dedicação e responsabilidade. Informou que já havia
290 entrado em contato com a Shandra que é do Fórum de Segurança
291 Alimentar e trabalha na UFC para que essa instituição participe
292 de projetos do FDID. **Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante**
293 **Machado** - Facultou a palavra. Não havendo mais quem dela
294 quisesse fazer uso, declarou encerrada a presente sessão
295 agradecendo a presença de todos, lembrando que a próxima reunião
296 do Conselho Gestor, a de nº 88, estava marcada para o dia 10 de
297 fevereiro de 2014.

Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado

Presidente do CEG/FDID

Felipe Gomes Cavalcante

Conselheiro - CONPAM

Stela Silvia Ponte Soares

Conselheiro - SECITECE

Rimena Alves Praciano

Conselheira - SESA

Amisterdan de Lima Ximenes

Conselheira - CAOMACE

Ann Celly Sampaio Cavalcante

Conselheira - DECON

Anny Soares Oliveira

Conselheira - SETUR8

Antônio Jeovah de Andrade Meireles

Conselheiro - FBC

Tereza Cristina Tavares Gondim

Conselheira da FRFAGNER

ATA DA 87^a. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de JANEIRO de 2014

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
Público do Estado do Ceará (PGJ)
